

PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

DESEMBARGADOR
JOSÉ JERÔNIMO
BEZERRA DE
SOUZA



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR JOSÉ JERÔNIMO BEZERRA DE SOUZA AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

Nascido em São Paulo, filho de José Jacaúna de Souza e Cléa Maria Consuelo Bezerra de Souza, e casado com Maria da Conceição Macedo de Souza, é pai de 3 filhos. Foi Membro Efetivo do Conselho Departamental da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1959, na qual atuou como Representante do Corpo Discente, tendo sido eleito para a Presidência do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO). Após formar-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil – RJ – atual UFRJ – com curso de Extensão Universitária em Direito Norte Americano na New York University Scholl Of Law, nos Estados Unidos, exerceu, no Conselho de Desenvolvimento do Ministério do Planejamento, os cargos de Estatístico – 1957/1958 e de Assistente Administrativo – 1958. No Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios exerceu os cargos de Chefia da Seção de Controle do

Serviço de Comunicações em 1961, Chefia da Secretaria da Corregedoria – 1961/1962 e Chefia do Serviço de Jurisprudência – 1962/1966. Foi Advogado Militante no Fórum de Brasília-DF – 1966 a 1975. Na Universidade de Brasília atuou como Auxiliar Acadêmico, Professor Instrutor e Desdobrador da Disciplina de Direito Civil e exerceu as funções de Assistente de Ensino e Professor Co-responsável da Disciplina de Direito Comercial. Foi eleito Representante dos Professores Instrutores no Departamento de Direito do Instituto Central de Ciências Humanas. Aprovado em Concurso Público de Provas e Títulos em 1972 para o MPDFT, foi nomeado, por Decreto Presidencial, para o cargo de Defensor Público. Retornou ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios em 1974, no cargo de Assessor de Desembargador do Quadro Permanente da Secretaria, do qual foi promovido, por antiguidade, a Promotor Substituto. Em 1976, foi nomeado Juiz de Direito Substituto, por Decreto Presidencial, após aprovação no VI Concurso Público de Provas e Títulos para magistratura do DF. Como Juiz, ocupou o cargo de Juiz Diretor do Fórum de Brasília-DF e foi Diretor da Associação dos Magistrados

no Distrito Federal e Territórios por três biênios. Exerceu o cargo de Juiz Titular na 6ª Vara Cível de Brasília-DF e, posteriormente, o mesmo cargo na 1ª Vara Cível de Brasília-DF. Exerceu, ainda, os cargos de Juiz de Registros Públicos do Distrito Federal; Juiz Titular da Vara de Execuções Criminais do Distrito Federal; Juiz Titular da 4ª Vara Cível de Brasília-DF; e Juiz Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral. Foi convocado, por indicação do Tribunal Pleno Administrativo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para substituir desembargadores nos anos de 1988 a 1990, mesmo período em que exerceu o cargo de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Em 1991 foi nomeado pela Portaria GP 31 desembargador do Tribunal de Justiça, no qual exerceu, também, os cargos de Presidente da 1ª Turma Cível; Presidente da 3ª Turma Cível; e Presidente da 1ª Câmara Cível. Foi Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e Corregedor Regional Eleitoral do Distrito Federal no biênio 1994/1996. No biênio 1996/1998 exerceu o cargo de Corregedor da Justiça do Distrito Federal e Territórios. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal no biênio de 1998/2000. Foi empossado no cargo de Secretário da Ordem do Mérito Judiciário tendo, em 2001, tornando-se Membro do Conselho Tutelar da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal. Foi designado pelo Presidente do TJDF para presidir a Comissão de Elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 daquele Tribunal. Depois, retornou ao cargo de Presidente da 3ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Nesse período, foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 2004/2006. Ao longo de sua carreira como magistrado, foi condecorado com várias medalhas, dentre as quais se destacam a do Mérito Eleitoral, outorgada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, no grau de "Jurista". Aposentou-se do cargo de Desembargador em 27 de outubro de 2006

Doutor Sebastião Rios Correa

Hoje o projeto "Memória do Tribunal" está entrevistando o Desembargador José Jerônimo Bezerra de Souza que eu considero, Desembargador, assim um arquivo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por quê? Ele percorreu todos os caminhos da justiça: ele foi servidor do Tribunal de Justiça, foi advogado, participou do Ministério Público, depois ingressou na magistratura, e atingiu a presidência do Tribunal de Justiça. A antepenúltima gestão dele que estava à frente do Tribunal. Então nós gostaríamos Desembargador, que se contasse um pouco da sua história e também que é a história do Tribunal de Justiça. Como foi a sua vinda para Brasília? Como você ingressou no Tribunal de Justiça? E todo esse percurso que você teve aqui no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Ô, Rios, eu vim pra Brasília no início de mil novecentos e sessenta e um, em abril de 61, para participar do primeiro contingente de servidores para a instalação do Tribunal de Justiça, a convite do seu primeiro Presidente – Desembargador Hugo Auler. E eu estava no Rio de Janeiro, recém formado, estava encaminhado, pretendendo me encaminhar para a advocacia e até política lá no Rio de Janeiro, porque eu fui dirigente estudantil, líder estudantil, estava muito ligado à política de então. Mas, o Desembargador Hugo Auler me convidou e eu digo: "Olha, eu vou", porque ele disse: "Olha, nós não temos quase nenhum bacharel em Direito". Porque naquela época, e você deve se recordar, que ninguém queria vir pra Brasília. Era uma dificuldade. Tanto que o Presidente Juscelino teve que conceder uns estímulos, umas facilidades: eram os apartamentos funcionais, era dobradinha. Aquela

coisa toda. Mesmo assim, muita gente não queria vir. E eu então, que como líder estudantil, nós estudantes sempre defendemos, defendíamos ardorosamente a interiorização da capital e defendíamos muito as idéias do Presidente Juscelino Kubistchek, eu não pude recusar esse convite, não é? E vim pensando mesmo em ficar aqui alguns meses (oito meses, dez meses). Mas, acontece que eu cheguei aqui, eu conheci a minha esposa, a Conceição, que era funcionária do Tribunal. Aí, eu dei uma guinada de cento e oitenta graus. Estou até hoje aqui, não é? E, de fato, a nossa vida, a minha e a de outros funcionários, Desembargadores e juizes, foi motivado por, tenho certeza absoluta, por esse entusiasmo contagiante que nos fez o Presidente Juscelino Kubitscheck. E éramos, inicialmente, cento e um funcionários para a segunda instância, a primeira instância e a Justiça Eleitoral – o Tribunal Regional Eleitoral. Ao todo, sete Desembargadores, e doze juizes de direito, inclusive, os substitutos. E viemos aqui com a missão de instalar o Tribunal e o fizemos no bloco seis da esplanada dos ministérios. Ocupávamos um andar e meio. Lá estava o Tribunal, o TRE, e todas as varas com os respectivos cartórios. É evidente que vocês não de compreender que o espaço era muito apertadinho, então, os Desembargadores não tinham gabinete, os juizes não tinham gabinete. Os Desembargadores despachavam numa sala de beca, chama sala de reuniões, não muito grande, e todos eles ficavam ali. Os juizes, como disse, não tinham gabinete. Eles despachavam na sala de audiências. Promotor, também, não tinha gabinete. O Promotor, também, dependendo da boa vontade do juiz,

ele despachava na sala de audiências. O Hermenegildo que está aqui comigo e é membro do Ministério Público, mais ou menos naquela época, ele deve se lembrar disso, não é? Mas, Rios, o nosso primeiro diretor de secretaria foi o Dr. Raul Matos Silva, que foi um homem extraordinário. Ele era um profundo conhecedor do direito administrativo, era um líder. E ele, então, conseguiu com seu espírito de liderança, sua capacidade gerencial, unindo uma equipe, para ele se sentirem funcionários. Então tinha gente, funcionários oriundos do Rio de Janeiro – como eu – de Minas Gerais, de Goiás, da Bahia, de Pernambuco. Todos eles, vindos para instalar o Tribunal de Justiça. E, naquela época, era época de pioneirismo, de muita amizade, de muito entusiasmo, de muita esperança, né? Quem estava aqui era sonhador como o Presidente Juscelino foi um sonhador. Naquelas circunstancias, em que faltava tudo, tudo era muito carente, quem não tivesse muito entusiasmo, muita esperança, não ficava aqui em Brasília. Mas nós ficamos e não nos arrependemos. E temos hoje a satisfação de termos participado, digamos no início, do primeiro time que veio instalar o Tribunal. E quem compara o Tribunal de hoje com o Tribunal do início, no início cento e um funcionários, hoje nós estamos com quatro mil e oitocentos funcionários na ativa. Fora oitocentos ou novecentos estagiários. Mas isso está ligado, também, ao crescimento de Brasília, não previsto pelos seus idealizadores

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Desembargador Jerônimo, a primeira administração, o Presidente era o Desembargador Hugo Auler?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Desembargador Hugo Auler. Veio do Rio de Janeiro.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E quem era o Corregedor?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

O Corregedor era o Desembargador, salvo engano da minha parte, era o Desembargador Sousa Neto. Sousa Neto. Porque a vice-presidência acumulava com a Corregedoria. Era Vice-Presidente e Corregedor. Salvo engano, Hermenegildo, era o Desembargador Sousa Neto.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E o Secretário era o Dr. Matos?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Dr. Raul Matos Silva.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E quais eram as grandes dificuldades que a instituição enfrentou nesses primeiros passos em Brasília?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Hermenegildo olha, eram dificuldades de se conseguir moradia, mesmo os funcionais para os Desembargadores, para os juizes, para os servidores; depois transformar esse grupo de funcionários, bastante heterogêneo, inclusive nas suas naturalidades, numa equipe, e instalar, até fisicamente, o Tribunal; comprar as bancadas, as mesas.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Para se funcionar o Órgão, as Turmas, o Pleno

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Só tinha o... O Tribunal funcionava só o Pleno. Não tinha Câmara, não tinha Turma nem nada. Era o Pleno.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Era só o Pleno?

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Era só o Pleno.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

É o Pleno, né? E as varas. Então, consegui material, veículos, tudo era... Porque nós partimos do zero. E partindo do zero estava toda a administração dos Três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Então, os recursos alocados, disponíveis em Brasília, eram muito disputados. E aí que entrou a tenacidade do Dr. Raul Matos Silva, em procurar e conseguir do Desembargador Auler, que foi realmente um grande juiz, um grande líder e um grande impulsionador da nossa instalação para que nós, então, pudéssemos logo, logo fazer a prestação jurisdicional.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Ele, então, fez cumprir aquela lei, acho que era a 37?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

54.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Que era 64, que autorizou a instalação do Tribunal de Justiça?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

De mil novecentos e sessenta, não é?

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Mil novecentos e sessenta.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Desembargador, antes, durante quanto tempo o senhor foi funcionário da justiça aqui?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Olha, eu fui funcionário da justiça até 1966. Depois, então, eu deixei o Tribunal e fui advogado. E fiquei advogando até 1976, quando eu fiz concurso pra Juiz de Direito Substituto. Mas, em 1973, eu fiz, não, em 72 eu fiz o concurso para o Ministério Público, passei; mas só consegui ser nomeado em 1973. Aí vem um parêntese aí “é que eu, como líder estudantil...”

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

O senhor ia ter contato com a (inaudível). A sua liderança estudantil, com reflexo na tua carreira.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Pois é, como líder estudantil, naquela agenda de... Naquele período de... Na década de 50, início de 60, as nossas mobilizações, elas estavam... Porque havia uma politização muito grande da juventude universitária, ao contrário de hoje, que pode estar renascendo, a exemplo do que aconte-

ceu agora na UnB. Então, nós éramos um fator bastante ponderável. Todas as equações políticas da época. E os estudantes eram uma voz ativa e influente, até, digamos assim, nos destinos do país. Então nós, naquela época, estávamos mobilizados, em linhas gerais, em torno da industrialização do país. O verde nacionalista muito grande defendendo a Petrobrás. Tivemos uma luta muito grande a favor da candidatura do Presidente Juscelino, que foi vetada, como nós sabemos, por grupos militares poderosos ligados à UDN. E o Presidente Juscelino disse aquela famosa frase: “Que ele mantinha a candidatura dele, porque Deus o havia livrado do sentimento do medo”. Então, nós todos – estudantes universitários, líderes estudantis – nós nos sensibilizamos com isso, mesmo porque era pra consolidar a democracia. E, depois, o Presidente Juscelino Kubistchek ganhou as eleições. Houve aquela campanha bastante canistra e sibilina de dizer “como ele não tinha conseguido a maioria absoluta, ele não podia tomar posse”. Nós estivemos com ele. E, depois, houve algumas revoltas militares.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Hum-hum. Jacareacanga.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Aragarças e Jacareacanga. E nós, líderes estudantis e os estudantes, estávamos com o Presidente Juscelino Kubitschek. Depois o programa de metas, que era a industrialização do país, a transferência da capital, o FMI vetou. Juscelino rompeu com o Fundo Monetário Internacional. Nós, estudantes, o apoiamos. E, depois, vieram as eleições de 1960. A grande maioria de nós, líderes estudantis, apoiou a candidatura do Ma-

rechal Lot, porque ele era a continuação da programação da política do Juscelino, era um nacionalista e tudo. Mas, por azares da política, depois esse Lot perdeu as eleições. Eu, por exemplo, participei, fui membro do comitê central da candidatura dele, que foi comandada pelo deputado Último de Carvalho. E nós, líderes estudantis, com a eclosão da revolução de 1964, todos nós fomos, digamos assim, figuramos o índice do movimento. E inclusive eu, eu pertencço a um exemplo também clássico de quem ficou por ter sido líder estudantil, é objeto de perseguições, de mal querências. E, no meu caso específico, aconteceu um agravante terrível: em 1959, com a vitoriosa revolução cubana, Fidel Castro foi fazer uma visita ao Rio de Janeiro, ao Brasil. Fidel Castro ainda não tinha se convertido ao comunismo, isso é fato histórico. Ele só se bandeou para o comunismo e caiu nos braços da então União Soviética, porque ele foi pressionado violentamente pelos Estados Unidos, depois que ele nacionalizou algumas propriedades americanas lá, inclusive usina de açúcar e tal. Pois bem, o comandante Fidel Castro vai ao Rio de Janeiro e foi recebido, como ele, evidentemente não era comunista nem nada, mas era um revolucionário e com aquelas idéias libertárias de igualdade, isso, digamos assim, sensibilizou a mocidade universitária e estudantil e nós todos. Muito bem. E a Faculdade Nacional de Direito, na época eu era o Presidente do Centro Acadêmico Candido Oliveira, tinha um magnífico salão nobre e era um ponto junto com a UNE (o prédio da UNE era na praia do Flamengo) eram os dois pólos de mobilização estudantil no Rio de Janeiro que foi, na época, a capital da república, então importantíssima. Todos os eventos importantes ou acontecia no salão nobre da Faculdade Nacional de Direito ou na União Nacional dos Estudantes; sendo que o salão nobre da Faculdade Nacional de Direito era um salão muito bonito, majestoso. "Onde é que nós vamos receber o comandante Fidel

Castro?". Lá na Faculdade Nacional de Direito. Quem era o Presidente do diretório? Eu. O Presidente no cargo? O Jerônimo. Então, combinou-se, inclusive com o staff dele, que ele iria lá. Tudo bem. E foi aquele frisson: a imprensa, aquela coisa toda, milhares de pessoas, a estudantada toda lá. Mas, o Fidel Castro, ele não pôde comparecer. Certamente, algum compromisso. Então, veio no lugar dele o comandante Juan de Almeida, que tinha sido um dos líderes militares da revolução. Era um mulato alto, bonito, imponente, com uma barba. Então, ele se apresentou lá e foi um delírio, né? A estudantada toda, everybody, Eu, então, fiz um discurso...

Doutor Sebastião Rios Correa

Mas... Eu gostaria de acrescentar: foi uma frustração pra você não receber Fidel.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Pois é claro. Foi claro. Mas, lá estava o comandante Juan de Almeida e eu fiz um discurso saudando o comandante e ele fez um outro discurso, etc. e tal. Porque, repercutiu na época, o movimento revolucionário cubano ainda não tinha dado a guinada para a extrema esquerda, o fez depois de pressionado pelos Estados Unidos, que todos nós sabemos que cometeu um grandessíssimo erro com aquilo tudo. E até hoje (inaudível). Pois bem, Rios, Maria Thereza e Hermenegildo, por conta disso, eu, vindo, em 64, né? Eu estava lá na ficha do SNI como um perigoso subversivo. Resultado: qualquer concurso público que eu me inscrevesse, o meu nome não era aprovado, era vetado. E eu fiz várias inscrições, meu nome era indeferido, vetado. Uma ocasião, eu fiz um concurso pra advogado do BNH. Não sei por que, Presidente

era a Sandra Cavalcanti, eu não sei por que deixaram o meu nome passar, eu fiz o concurso, passei em terceiro lugar. Aí, na hora de fazer a nomeação, o SNI me brecou. Aí, eu entrei com um mandado de segurança na Justiça Federal, ganhei. A União recorreu pro Tribunal Federal de Recursos e a União perdeu. Saiu um ofício do Presidente do então Tribunal Superior de Recursos, Ministro Márcio Ribeiro, que foi nosso Desembargador aqui.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Ele foi Desembargador aqui e substituía lá?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Foi. E depois ele foi prá. Ficou como ministro efetivo. O Ministro Márcio Ribeiro mandou um ofício ao BNH dando quarenta e oito horas para que eu fosse nomeado. Eu estou aguardando a nomeação até hoje. Mas isso é pra dizer, Rios, Hermenegildo e Maria Thereza, que nós todos estávamos, os pioneiros de Brasília, imbuídos desse ideal. Era um ideal de esperança e de muita vibração, de muito orgulho, de muito patriotismo. Patriotismo não era xenofobia, né? E o Presidente Juscelino foi o catalisador disso tudo. E cá viemos, não é? E quem veio aqui pra instalar o Tribunal de Justiça, com certeza, deu a sua contribuição pra consolidação da capital, não é?

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

E o efeito dessa inicial rebeldia, digamos assim, da época de estudante, nesse concurso pro Ministério Público?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Pois é. Aí o que acontece é o seguinte: veio o concurso para o Ministério Público, eu não sei se o Hermenegildo foi meu colega de concurso. Você foi meu colega?

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Fui.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Foi.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

No Ministério Público?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Foi.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

É?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

É. Eu, então, advogava. Tinha uma bancazinha mais ou menos. Tava indo bem na advocacia. Mas, o Dr. José Júlio Guimarães Lima, que era o Procurador-Geral na época, ele gostava muito de mim. E ele disse: "Por que você não faz concurso pra defensor público?" Eu disse: "Dr. Guimarães, mas... Eu?!...". "Olha, se eu me inscrever, a minha inscrição ainda é indeferida; se eu passar, eu não sou nomeado". Ai ele disse: "Não. Faça. Se inscreva. Se inscreva". Eu disse: "mas, como é que o senhor fazer?". "Eu não vou mandar essas inscrições pro SNI não". "Então o senhor sabe lá... Olha, que o senhor vai se prejudicar". Mas ele não mandou. Eu fiz o

concurso e passei. Aí, não fui nomeado. O Hermenegildo se lembra. Eu não fui nomeado. Aí o Dr. Guimarães Lima, a quem eu, neste momento, rendo as minhas homenagens, porque José Júlio Guimarães Lima era um homem da absoluta confiança da revolução, mas ele era um homem de bem. Ele era homem íntegro. E ele disse: "Jerônimo, você ta sendo vítima de uma injustiça". Ele já sabia da minha vida toda. Conteí a ele tudo. Ele disse: "Você nunca foi subversivo, você nunca foi comunista, pelo contrário. Você, como um cristão, um católico que você é, você nunca podia adotar um crédulo político ateu. Então soube que você está sendo vítima de uma injustiça. Eu vou ver se eu consigo resolver isso". Eu disse: "Dr. Guimarães, não faça isso que o senhor vai se comprometer". Porque, na aquela época, eram anos de chumbo, quem fosse amigo de alguém ou então fizesse... Mas o Dr. Guimarães Lima, ele, além de tudo, era um homem corajoso. Pois não é que ele foi lá e falou com o Gama e Silva e não sei mais quem, aquelas amizades que ele tinha aí. O fato é que um dia eu estou em casa e recebo a visita de um chefe de gabinete do Ministro da Justiça. Então, ele disse: "Olha, Dr. Jerônimo, vim comunicar o senhor que o Presidente da República vai nomear o senhor defensor público". E, então, saiu à nomeação no Diário Oficial, eu tomei posse. Aliás, eu perdi antiguidade e alguns colegas disseram: "Não, você vai pleitear sua antiguidade, e tudo. E eu digo:" Não, eu não vou fazer isso não. Os meus colegas já estão nomeados. Essa lista de antiguidade já está aí, porque que eu vou? Deixa. Os meus colegas não tiveram culpa nenhum nisso, não é? Eu não queria tanto, eu não fiz questão disso e perdi lá uns dez lugares na lista de antiguidade. Eu não me arrependo de ter feito isso, porque se eu tivesse questionado isso, tinha melindrado. Alguns colegas iam compreender, outros não iam compreende. E o Dr. Guimarães, naquele início, tava muito recalitrante nisso. Acabou

dizendo: "Não, Jerônimo, você tem razão, fica aí. E eu... então, foi assim que eu consegui entrar no Ministério Público. Quando houve concurso pra juiz substituto em 75, né? Aí, como o Dr. Guimarães já tinha, digamos assim, resolvido a minha situação junto ao SNI, a minha inscrição foi aprovada. Aí, consegui passar e entrei na carreira da magistratura.

Doutor Sebastião Rios Correa

Foi a quinta turma da magistratura?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Eu creio que sim.

Doutor Sebastião Rios Correa

Foi uma turma maior não é?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Foi. Foram dezesseis.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Foi logo depois do nosso.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Foi em 74.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Exatamente. Pedro Aurélio, Queiroga, eu.

Doutor Sebastião Rios Correa

E que entraram no quadro membros do Ministério Público?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Sim. Sim. Porque naquela época acontecia, o Hermenegildo foi do Ministério Público, ele saiu do Ministério Público, veio pra magistratura; porque Maria Thereza os vencimentos do Ministério Público eram bem inferiores ao...

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Quase a metade

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Quase a metade. Então, era praticamente um estágio, você primeiro entrava no Ministério Público e depois você ia pra magistratura. Hoje não, nós estamos vendo é o contrário, quem está na magistratura está indo pro Ministério Público.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves?

Concurso aqui, raramente vem um do Ministério Público, porque não tem vantagem nenhuma vencimental.

Doutor Sebastião Rios Correa

Antes, a abastecedora da magistratura, era o Ministério Público.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

O que nos foi muito favorável. A qualidade dos juízes do Tribunal foi muito favorável.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Exato. Exatamente.

Doutor Sebastião Rios Correa

Já tinham passado por uma experiência.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

E, naquela época, havia uma exigência para você fazer o concurso para o Ministério Público, para a magistratura, de cinco anos de prática forense – de exercício efetivo da advocacia, ou, então, se você estivesse exercendo uma função típica de juiz.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Isso foi muito enriquecedor pra nossa justiça.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Isso. Exatamente.

Doutor Sebastião Rios Correa

Essa quinta turma foi uma turma maior do que o número existente de juízes, não é isso?

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

É. Foi uma turma grande que veio.

Doutor Sebastião Rios Correa

Me parece que quase não tinha... Passaram dezoito na sua turma. Muitos dos juízes, eu não sei se você se recorda assim...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Me recordo. Me recordo.

Doutor Sebastião Rios Correa

Não é isto? Eu me lembro, porque eu é que saudei os novos juízes dessa época. E foi uma época em que, me parece, que nós não tínhamos dezoito juízes.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Então, acho que eram dezoito mesmo. Porque quando nós entramos eram treze, nós éramos cinco, foram dezoito.

Doutor Sebastião Rios Correa

Justamente. Então, empatou o mesmo número. Entraram...

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E teve um aumento de cem por cento.

Doutor Sebastião Rios Correa

Cem por cento.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas, desde aquela época, Maria Thereza, já havia a excessiva carga de trabalho em cima dos juízes, da magistratura de maneira geral, da magistratura brasileira que até hoje continua crescendo. Mas não era uma situação, digamos assim, insuportável, como é hoje. Eu me lembro Rios, que eu, como juiz substituto e depois até como juiz de direito (fui promovido em 79 a juiz de direito) eu redigia, datilografava, eu mesmo, todos os meus despachos, todas as minhas sentenças. Eu tinha uma máquina Remington semi-portátil, eu andava com aquela máquina pra cima e pra baixo, eu datilografava todos os despachos, todas

as sentenças, com relatório e tudo. E, apesar da carga de serviço já ser grande, eu dava conta. Eu conseguia fazer isso. Quando eu cheguei ao Tribunal em 1991, fevereiro de 1991, com muito esforço – trabalhando de manhã e vindo todo dia de manhã, a partir de nove horas –, eu ainda conseguia, eu mesmo, fazer todos os relatórios, todos os meus votos datilografava. Já em 92 eu não conseguia fazer mais isso. Eu tinha que ditar pra uma funcionária, que era excelente datilógrafa, os relatórios e os votos. E com o passar do tempo, nem isso mais foi possível, porque a quantidade de processos foi aumentando numa maneira tal que você não tinha mais condições. Então, você passava a investir na qualidade dos funcionários do seu gabinete, em matéria de confiança e de competência, e você começava: bom, relatórios, vocês façam os relatórios. E depois, então, vindo os processos com os relatórios, você então ia fazer os votos. E isto é pra mostrar como o trabalho aumentou.

Doutor Sebastião Rios Correa

Você fez referência a esse volume de trabalho, eu me lembro que no meu discurso eu mostrei algumas injustiças nessa distribuição do trabalho também. E a então juíza da vara de acidentes do trabalho ela veio reclamar comigo, porque eu mostrei uma estatística do número de processos em cada vara, e na acidentes de trabalho, o trabalho era um acidente.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

É verdade.

Doutor Sebastião Rios Correa

Aí que tá. Então lá é uma das peculiaridades...

Desembargador José Jerônimo Bezerra de Souza

É verdade.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Delitos de Trânsito também. Havia uma...

Doutor Sebastião Rios Correa

Delitos de Trânsito...

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Isso continua acontecendo até hoje. Há determinadas varas que são criadas e, por circunstâncias, elas são esvaziadas. São esvaziadas e aí permanecem durante um certo tempo com um número de processo insignificante, até que a administração promove outra modificação na lei de organização judiciária.

Doutor Sebastião Rios Correa

Isso leva algum tempo.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves?

Leva tempo, porque depende de uma lei federal, não é?

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Desembargador, antes de o senhor fazer algumas explicações, ou então, fazer uma descrição do seu mandato aqui como Presidente do Tribunal, um dos melhores Presidentes que o Tribunal já teve até hoje. É verdade, não é?

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Claro.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Eu gostaria que o senhor falasse um pouco a respeito, primeiro como juiz, a sua preferência de matérias, onde esteve, que tipos de varas, e depois, como Desembargador, que turmas compôs?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Ô Maria Thereza, ainda como membro do Ministério Público, porque todos nós, Hermenegildo... Você foi do Ministério Público?

Doutor Sebastião Rios Correa

Fui não.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Foi o Hermenegildo. Nós que, algum dia pertencemos àquela instituição, nós nunca deixamos de nos sentir muito ligados a ela. É uma atividade importantíssima, fundamental para a manutenção do estado democrático do direito e para que se faça justiça. Então, também, um dos períodos mais gratificantes da minha vida foi, da vida funcional, foi no Ministério Público do distrito federal. E, lá no Ministério Público eu tive, por designação do procurador-geral, a incumbência de acompanhar o inquirido que apurava a morte de Ana Lúcia.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Ah, esse foi um caso de muita repercussão na época.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

É. O Desembargador Dirceu...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Foi. Ele foi o juiz de primeiro grau que sentenciou.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

É. Exatamente.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas, interessante é, já que eu estou fazendo esse depoimento, dizer o seguinte: que o Dr. José Júlio Guimarães Lima, todos nos recordamos que o assassinato brutal da Ana Lídia estava sem uma conclusão, paralisado na polícia, e com uma boataria enorme acusando filhos de autoridades.

Doutor Sebastião Rios Correa

E de ministros.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

De ministros, de generais, como autores desse crime horrível. Havia muita censura e a boataria, então, aumentava muito mais. Então, um dia, eu já estava no Ministério Público, o Dr. Guimarães Lima me chamou no gabinete dele – o gabinete do Procurador-Geral, aquela época, 73, era no térreo do palácio da justiça, porque o Ministério Público não tinha sede própria, tinha uma sede ali, alugava o edifício, alguns andares ali no edifício do INSS, no setor de autarquias. Mas o Dr. Júlio Guimarães me chamou lá e disse: “Jerônimo, eu quero que você, eu vou designar você para você acompanhar esse inquérito da morte da Ana Lídia”. Aí eu disse: “Mas, Dr. Guimarães Lima, eu? Eu sou um dos mais modernos membros do Ministério Público. Nós temos aí colegas mais antigos, mais experientes”. Aí,

ele disse: “Não, você vai assumir isso aí, essa missão. Isso é uma missão”. Aí eu disse: “Bom, Dr. Guimarães Lima, eu não posso recusar nada ao senhor, porque se eu estou aqui, é porque o senhor aqui me colocou, com a sua coragem, com a sua independência”. Aí eu digo: “Mas, porque o senhor está me escolhendo?”. Ele disse: “Olha, eu não vou lhe dizer por que agora. Mas, algum dia eu vou lhe dizer por que dessa sua designação”. Então, não teve jeito, saiu à portaria. Aí, me reuni com ele e vamos traçar um plano, um plano de ação: primeiro, mantermos as diligências, as investigações sob o mais absoluto sigilo, porque se você começa a transpirar o que você tá fazendo, o que você tá apurando, os laudos, etc., aquilo torna-se uma confusão muito grande e se perde o rumo, como, infelizmente, está acontecendo agora no caso dessa menina lá de São Paulo. Então, está certo, tudo vai ser apurado sigilosamente, as nossas diligências, etc. Segundo, todos os depoimentos, tudo vai ser centralizado no gabinete do senhor, no meu gabinete – gabinete do procurador-geral. E equipes, sua aí, funcionários têm que assumir o compromisso de absoluto sigilo. Ele disse: “Pode deixar”. Aí, o Dr. José Júlio Guimarães me disse: “Qual é as linhas gerais da sua estratégia?”. Eu disse: “Olha, Dr. Guimarães Lima, vou ver se o senhor me aprova. A minha idéia, em linhas gerais, é o seguinte: primeiro, vamos investigar a linha que aponta para os autores serem filhos de grandes autoridades: generais, políticos (falava-se no filho do Buzaid, no filho do Resendinho, filho do Senador Jarbas Passarinho). Aquela coisa toda. Passada essa fase, essa etapa, penso eu, Dr. Guimarães Lima, que nós deveríamos passar para investigar, porque falava-se que havia envolvimento de traficantes de drogas. E, numa terceira e última etapa, nós vamos investigar a família e os amigos da família

da menina". Ai, o Dr. Guimarães: "Olha, eu vou pensar na sua proposta. Amanhã eu ligo e dou uma resposta". No dia seguinte: "É, acho que a sua linha de...

Doutor Sebastião Rios Correa

○ caminho está certo.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

○ caminho ta certo. E assim fizemos. Inicialmente, investigamos os pretensos envolvidos no assassinato da menina: filhos de autoridades e políticos, e mantivemos contato estreito com a polícia do Distrito Federal. Eu procurei a nossa polícia com a seguinte mensagem: "O Ministério Público entrou, está à frente das investigações, e vocês, delegados, vocês não tem nada a temer". Eu tive reuniões sigilosas com delegados, o Dr. Guimarães Lima também. Dissemos a eles: "Quando vocês tiverem alguma informação do envolvimento de A, B ou C, ligados a essas autoridades aí, vocês nos repassem e nós vamos manter o sigilo, e nós mesmos vamos investigar.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

A polícia, até essa altura, não tinha...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

A polícia estava...

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Identificado...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

A polícia estava paralisada. Paralisada. Então, pra nossa surpresa, minha e do Dr. Guimarães Lima, os delegados nos disseram o seguinte: "Dr. Jerônimo, Dr. Guimarães Lima, nós não temos nenhum indício, até agora, de envolvimento de nenhuma dessas pessoas que estão se falando aí: filho do Jarbas Passarinho, do Eurico Resende, do Buzaidinho, de General, de Almirante. Nós não temos. Porque se tivéssemos, já que o senhor está dizendo, os senhores estão dizendo que a coisa seria sigilosa e vocês é que iriam investigar, nós passaríamos. Mesmo, porque, muitos de nós, nós estamos por aqui com essa revolução, não sei o que. Essas coisas. Bom, aí nós continuamos trabalhando. O delegado da delegacia de homicídios que estava com o processo, o delegado Guerra, um homem muito sério, muito íntegro, muito competente, eu estive... eu fiz um contato muito bom com ele, uma parceria. Ele também me confirmou isso: "Olha, Dr. Jerônimo, nós não apuramos nada quanto a esse pessoal aí ligado, enfim, à revolução, nem nada. Eu acho que isso aí é muito boato, muita boataria, porque a tem censura da imprensa, sabe como é. Mas, nós estávamos investigando, e surgiu uma noticia de que no dia que Ana Lúcia tinha sido assassinada, o filho do Buzaid – o Buzaidinho – tinha ido à Casa de Saúde Santa Lúcia para fazer lá uns procedimentos médicos, porque ele estava intoxicado, tinha sido machucado, tinha sido ferido. Algo que, talvez tivesse ligação com ele. Nós vamos lá, eu e o Dr. Guerra, fizemos uma busca lá nos documentos, nos registros da casa de saúde Santa Lúcia, e não

encontramos absolutamente nada. E fizemos “n” outras diligências visando esclarecer essa primeira etapa das investigações. Só vou citar essa pra mostrar a vocês que nós fomos bastante minuciosos. E, pra mostrar outro sintoma do não envolvimento dessas autoridades ligadas a, digamos assim, à revolução, eu fui procurado pelo professor José Frederico Marques, em nome do Alfredo Buzaid, Professor Alfredo Buzaid, e o professor Frederico Marques disseram: “Dr. Jerônimo, eu estou aqui em nome do Professor Buzaid, em nome da família, pra colocar à disposição do Ministério Público do Distrito Federal todos os dados, todos os elementos que o Ministério Público precisar e a família vai cooperar em tudo pra elucidar esse caso”. Eu agradei. Eu falei com o Dr. Guimarães: “Ó, a atitude de quem não teme”. Quem não deve, não teme. O senador Jarbas Passarinho não me procurou, mas ele fez um discurso no Senado, ele era Senador, colocando à disposição da autoridade do Ministério Público tudo o que fosse necessário para investigar. O mesmo fez o Senador Eurico Resende. Ele não me procurou, mas ele também fez um discurso nessa linha. Então, Rios, Hermenegildo e Maria Thereza, não se apurou absolutamente nada em relação a essas autoridades. Aí, então, o Dr. Guimarães disse: “Jerônimo, então vamos passar pra segunda etapa das investigações. Vamos investigar aí esse pessoal do tráfico de drogas”. Aí, quem é que tem essas informações? A nossa polícia aqui dizia que também não tinham apurado nada em relação a esse pessoal. Que quanto a isso eles não tinham aqueles receios, etc., e eles tinham ido a fundo. Mas, o Dr. Guimarães Lima, sensatamente, disse: “Olha, tudo bem. Nós vamos procurar a Polícia Federal. Vamos ver se eles têm alguma coisa. Se eles podem nos ajudar”. Fomos à polícia federal. Tivemos uma audiência com o então diretor da polícia federal, coronel Moacir Coelho. Ele nos recebeu muito bem, e disse:

“Olha, o que nós tivermos aqui, vamos colocar à disposição dos senhores”. E nos encaminhou a um delegado que era o responsável por essa área de combate à entorpecentes no Brasil inteiro. Salvo engano, um delegado chamado Dr. Pacheco. Um homem muito... Também muito... Nos recebeu muito bem. Muito inteligente. Mostrou-se senhor da situação. E ele chegou, já sabia, porque o coronel Moacir Coelho, diretor-geral da polícia Federal, o havia avisado do propósito da nossa visita, ele chegou e disse: “Olha, pro procurador-geral, a polícia federal também não tem nada que ligue traficante a esse crime”. Aí, o Dr. Guimarães me disse: “Bom. Então, Jerônimo, vamos passar pra terceira fase. Nós temos que investigar a família. A família e as pessoas ligadas à família e etc. E fomos a fundo nisso aí e chegamos à conclusão de que a meninazinha teria sido retirada do colégio pelo irmão, pelo Álvaro Henrique Braga, e entregue para o Raimundo Lacerda Duque. E, a nossa convicção, inclusive, as freirinhas lá do colégio Carmem Madre Salles disseram que quem tinha tirado a menina do colégio foi o Álvaro, entendeu? O perfil do Álvaro, durante toda essa investigação, muito frio, muito distante, e até com uma certa dose de cinismo, levou-nos à convicção de que ele tirou a irmã do colégio e entregou ao Duque. E o Duque, esse sim, ele era um indivíduo perigoso, violento (já tinha antecedentes) e muito ligado à família, cometeu aquelas barbaridades com a menina. Pretenderam fazer um canhestro pedido de resgate. Pois, muito bem. Mas as diligências, os interrogatórios, demoraram horas e horas e horas e horas. E, muitas vezes, um detalhe, um fato, um acontecimento, esclarece um crime, por mais difícil que seja a sua elucidação. Eu vou lhes dizer por que eu e o Dr. Guimarães Lima chegamos à conclusão, fora de dúvida nenhuma,

que tinha sido a dupla. A nossa convicção: o Álvaro não mexeu na irmã dele, não tocou, mas ele foi co-participe porque ele levou a menina pra lá, a entregou ao Duque. Foi o comportamento da família do Álvaro. A família do Álvaro nunca quis colaborar com as investigações, pelo contrário, principalmente o chefe da família que era o velho Álvaro Braga. Chamado a depor, ele foi algumas vezes lá no gabinete do Procurador-Geral, ele não cooperou de maneira nenhuma. Mostrava-se, inclusive, irritado com aquilo tudo. Então, na última vez que nós o interrogamos, eu cheguei pra ele – o Dr. Guimarães Lima, eu, e ele aqui. Aí, aquele interrogatório pesado. Deixamos de lado. O Dr. Guimarães mandou vir um cafezinho, uma água, etc., e a coisa ficou um pouco mais relaxada. Eu cheguei para o senhor Álvaro Braga e disse: “Sr. Álvaro Braga, eu já entendi tudo”. Ele olhou assim pra mim. “Já entendi tudo. O senhor, como pai de família, tomou uma dolorosa decisão. Díficil decisão”. Aí falei assim olhando pra ele. Ele disse: “Mas qual?!”. Eu digo: “O senhor perdeu uma filha em circunstancias trágicas, e o senhor quer salvar o outro filho. O senhor quer salvar o outro filho. Por isso, o senhor não quer incriminá-lo. E o senhor também, evidente, não quer colaborar com as investigações, porque o senhor sabe que o seu filho participou desse crime. Ele não matou a sua filha. Não matou a irmã, mas ele é co-autor, porque ele tirou a menina do colégio e entregou pra esse celerado aí, esse Raimundo Lacerda Duque. Então, o senhor tomou uma decisão, digamos assim, utilitária, prática: Já perdi uma filha, não vou perder o outro filho. Então, eu vou encobrir esse

filho. Sabe, o que é que aconteceu? Ele ficou em silêncio. Não disse absolutamente nada. Aí, nós nos despedimos, eu e o Dr. Guimarães Lima, e nunca mais nós nos encontramos, evidentemente, nem nos falamos. Então, se me perguntam se o crime foi elucidado, eu tenho absoluta convicção, como tinha o Dr. Guimarães Lima, que sim. Agora, o Ministério Público do Distrito Federal ofereceu denuncia e aí a Justiça tomou essa decisão – o juiz de primeiro grau, o Dr. Dirceu de Faria, aliás um grande juiz – , ele achou que as provas eram insuficientes. E, depois houve recurso, o Ministério Público e a Turma Criminal do Tribunal, por dois a um, confirmou a decisão absolutória em primeira instância. Mas, o voto divergente que acompanhava o entendimento do Ministério Público, foi do então Desembargador Romildo Bueno de Souza, depois Ministro do STJ. Fez um voto de cento e vinte paginas, porque analisou minuciosamente tudo isso. E o que é importante nessas investigações é que, todos nós aqui somos juizes experientes, nós sabemos que muita coisa que foi objeto de investigação, não se encontra nos autos. Então, os julgadores do caso, dos meus colegas que julgaram esse caso, só um, o Ministro Romildo Bueno de Souza me procurou e, aí eu já era Juiz de Direito, me procurou pra saber como é que tinha sido feitas aquelas investigações todas. Então, eu contei isso tudo a ele. Aí, ele disse: “Jerônimo, eu estou achando que o Ministério Público está com a razão. Mas, eu vou estudar isso tudo aí. E me procurou várias vezes pra trocar idéias a respeito disso. E ele convicto deu esse voto.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Vai da consciência do juiz.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

É. E, então, eu relato isso porque foi um momento assim culminante, digamos assim, da história criminal de Brasília, porque, infelizmente, foi um fato horroroso, traumático. E até hoje a população se indaga: “Isso não foi esclarecido”. Para mim, foi esclarecido; para o Dr. José Júlio Guimarães, foi esclarecido; e para o Ministro Romildo, também foi esclarecido. Agora, evidente, que nós respeitamos a decisão soberana da Justiça. Naquele momento, naquele momento preciso, ele ficou calado. Ficou calado e pela primeira vez, outra coisa, pela primeira vez nós nos apertamos às mãos, porque os nossos interrogatórios terminavam num ambiente de tensão. Nós nem estendíamos a mão a ele, porque seria constrangedor. Nesse dia, o Dr. Guimarães Lima: “Então, senhor Álvaro...”. E ele foi embora.

Doutor Sebastião Rios Correa

Não houve embargos dessa decisão, porque não houve divergente.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Não, não, não. Porque foi a favor do réu. Foi dois a um a favor do réu. Não existem embargos infringentes. E, então, olhe...

Doutor Sebastião Rios Correa

Desculpa, a minha ignorância na matéria criminal.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Não, morreu aí.

Doutor Sebastião Rios Correa

Mas, na verdade, eu estava convencido de que até a sociologia do voto minoritário. Muitas vezes o voto minoritário é que está com a razão.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

É. Com todo o respeito aos votos majoritários.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Mas o importante nesse caso, a meu ver, porque este foi um crime que provocou impacto na sociedade.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Sim, e nacional.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Comoção total.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Mas a atuação do Ministério Público foi marcante.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Foi, por que...

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

É verdade.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Importante para a sociedade. Agora, a solução, se não foi a que melhor seria, isso só entregando a Deus.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Exatamente.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Interessante, também, Hermenegildo, Rios e Maria Thereza, é que com o arsenal legal, antes de 1988, o Ministério Público do Distrito Federal talvez tenha sido o

pioneiro no Brasil de fazer uma investigação do princípio ao fim. Nós desprezamos o inquérito policial. A minha denúncia foi calcada nas nossas investigações, entendeu? Então, o Ministério Público tem sim condições de investigar. Hoje advoga-se que o Ministério Público não tem competência. Agora, eu quero ressaltar, viu Maria Thereza, por uma questão de justiça, que a polícia civil do Distrito Federal agiu com muita correção, a partir do momento que nós começamos a investigar. A polícia civil e a polícia federal também. Agora, depois disso tudo, nós cumprimos a nossa obrigação, aí eu cheguei para o Dr. José Júlio Guimarães: "Agora, eu quero que o senhor me responda por que o senhor me designou, além da minha dívida de gratidão com o senhor". Ele disse: "Jerônimo, é muito simples. Veja bem, como é que eu poderia investigar os filhos, os parentes de pessoas grandes da revolução, e de generais, etc., se não fosse eu? Porque eu sou da absoluta confiança da revolução. E nós sabíamos por que nós temos os nossos serviços de informação e que não havia nenhum deles envolvido nisso. E para um ou outro que estranhasse revolver isso, eles diziam: "Não, mas o Guimarães Lima é homem nosso, da nossa confiança". Entendeu? Então, com isso, Jerônimo, nós abrimos as portas para as nossas investigações, para evitar, inclusive, que houvesse ações de contra-informação, etc. inclusive para a sua segurança também. Segurança do Ministério Público". Eu digo: "Tudo bem, e a mim?". O problema é o seguinte: "Por que só você, aqui no Ministério Público, podia chegar e dizer: investigamos o pessoal da revolução e não encontramos nada. Porque você foi persegui-

do por ela". Aí eu digo: "Dr. Guimarães Lima, realmente, o senhor foi genial". Mas, aí, Maria Thereza, me vem à tona a presença, com o precedente do senhor Álvaro Braga com a filhinha dele, o que está se passando com esse pai aí, como é o nome dele? É o Nardoni? Ele é um pai de família. Ele perdeu a neta. A neta foi morta. Esta morta. Barbaramente, etc. Então, ele... Eu penso que ele está raciocinando como o velho Braga.

Doutor Sebastião Rios Correa

Você conhece a mesma história?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Sim, porque eu passei por isso, entendeu? Ele tomou essa decisão. Tomou essa decisão: "Eu perdi a minha netinha, vou tentar salvar o meu filho".

Doutor Sebastião Rios Correa

E a nora.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

E a nora. Agora, ele precisaria ser um pai de família, um pater familis, extraordinário, com uma coragem e moral imensa que a gente não pode exigir de um cidadão comum, pra ele chegar e dizer: "Não, não vou acobertar isso. Não vou acobertar isso. Vai ser duro pra mim, meu coração vai sangrar, mas eu não vou acobertar isso". Mas, talvez, só um homem, talvez um super-homem pudesse tomar essa decisão. Quem vai julgar um pai desses, não é? Agora, uma coisa é certa, essa decisão tomada vai ao longo de anos e anos, cobrar um preço terrível, não só pra ele, como para a família. A tia da menina, que era madrinha, Cristiane, não é? A polícia afirma

que eles foram lá e alteraram a cena do crime, etc. Vai ser um remorso que vai corroê-los pelo resto da vida.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Mas, também, uma grande esperança, Desembargador, porque o filho e a nora estão vivos. E, nesta vida, a gente tem que aprender.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Então, aí eu penso que o Desembargador Jerônimo, como juiz, atuou também em varas cíveis, atuou em vara criminal, e quem sabe ele recorda de algum caso relevante que tenha provocado, assim, muito interesse da sociedade ou nos meios da comunidade jurídica. Quem sabe lembraria de algum caso desses?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Ó, Hermenegildo, eu me recordo de um caso que eu julguei como juiz da primeira vara cível, no dia eu fui procurado pelo escrivão, naquela época chamava-se escrivão, ele disse: “Olha, Doutor, aqui tem um mandado de segurança com um pedido de liminar urgente pro senhor despachar”. Eu li a petição e vi que o mandado de segurança estava sendo aviado contra o Banco Central. O Banco Central não é jurisdicionado nosso, é Justiça Federal. Mas, eu li a petição e fiquei comovido. Era uma senhora, a autora da ação, que estava acionando o serviço de saúde, o plano de saúde do Banco Central, que se recusava a custear a operação daquele lábio...

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Leporino.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Leporino, do filhinho. Tinha fotografia do meninozinho. E dizia o serviço de saúde, o serviço médico do Banco Central, que aquilo era operação plástica, que o plano não cobria. E ela não tinha condições de arcar com isso, porque ela tinha se separado do marido, coisa que era então o funcionário do Banco Central. E eu deixei aquilo de lado. E no dia seguinte eu fui procurado pelo advogado e eu disse: “Olha, Doutor, o problema aqui é que a nossa justiça não é competente. O senhor devia ter entrado com isso na Justiça Federal”. Era um advogado jovem e sei que ele ficou muito abalado com isso. E ele estava com a senhora, a moça e a criança, e pediram que eu visse essa criança. Então, eu vi e fiquei mais comovido ainda. Eu fiz o seguinte com o advogado, eu disse: “Olha, o senhor espera aí”. Atendi a senhora e procurei consolá-la. Aí dei um despacho inicial, concedendo a liminar, sabendo perfeitamente... Dei uma liminar. Dei a liminar, mandando que o menino fosse submetido a essa cirurgia lá. No dia seguinte, vai lá o advogado do Banco Central: “Dr. Jerônimo, que despacho é esse? Nós conhecemos o senhor. O senhor é um juiz competente. Que é isso?!”. Aí, eu expliquei a ele: “Olha, você viu aí qual é o caso? Essa mãe está desesperada. Eu sei lá. Se isso aí for para um juiz federal, será que o juiz federal vai ter a mesma convicção que a minha, que eu estudei os estatutos, eu cheguei à conclusão que, pode sim, o serviço médico lá do Banco Central...”

Doutor Sebastião Rios Correa

Apenas uma brincadeira aí. Tanto que o senhor é competente, que não lhe deu por incompetente.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Pois é. Aí, o advogado do Banco Central era um cidadão também que enxergava longe, ele disse: "Doutor, então está tudo bem. O senhor solta um mandado aí...". Aí, o Banco Central foi intimado e, encurtando a história, a operação foi realizada, porque foi logo dito que, administrativamente, o pedido seria acolhido. O advogado da autora desistiu da ação e o advogado do Banco Central, três meses depois, me procurou e disse: "É, Doutor Jerônimo, o senhor sabe que foi muito bom, porque, com aquela sua decisão, alterou-se lá a redação do artigo, ficou esclarecido. Agora, Hermenegildo, o que mais me gratificou foi o seguinte: estava lá eu, meses depois, quando volta essa senhora, essa moça, com a criancinha já operada e veio me agradecer. Essas coisas é que gratificam a nossa atividade de juiz.

Doutor Sebastião Rios Correa

Fez justiça, independentemente de lei...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

É, e sem agredir a legislação, até de comum acordo, induzindo a que se fizesse justiça. E, com isso, fez a justiça.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Fez a justiça. Foi uma decisão inspirada, porque dizer que aquilo não era operação plástica. A pessoa que

tem esse problema, que em geral nasce dessa maneira, é um disforme. Aquilo traz um constrangimento imenso.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Não, mesmo a deglutição. Não pode nem tomar água, a água às vezes vai para o (inaudível). Tudo aberto!

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

E depois, sabe Maria Thereza, o que me disseram na época é que, quanto mais tempo passa, mais difícil é a cirurgia e menos positiva é, porque depois se a criança fica maiorzinha fica uma cicatriz imensa. Então, quanto mais novinho melhor. Então, olha, eu sempre fui juiz na linha do Rios, na linha do Hermenegildo, na linha da Maria Thereza. Nós não somos robôs. Nós temos o nosso objetivo máximo que é fazer justiça.

Doutor Sebastião Rios Correa

É uma missão.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

A missão é essa. Porque, se você não vê o lado humano das questões, dos problemas, precisa de juiz? Você bota um computador, põe um programa de computador lá e o computador...

Doutor Sebastião Rios Correa

(inaudível) substitui.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Aliás, nem haveria atrasos de processos.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Não. Não.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

O computador não se preocuparia com essas coisas. É só o que está na memória dele.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

E outra coisa: o juiz coloca todo o seu peso, a sua visão humana de fazer o bem, e tudo, quando ele tem que interpretar as normas legais, as normas regulamentares, porque nem sempre elas são muito claras, e fica aquela zona cinzenta, aquela área... Então, é nessa hora que você coloca o seu entendimento, a sua decisão, é a espada da justiça.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Esse caso que o Desembargador Jerônimo está narrando nem é um caso, assim, de tanta repercussão no seio social, mas de profunda repercussão para ele mesmo, que o gratificou particularmente, pela decisão humana que beneficiou de forma extraordinária uma criança.

Doutor Sebastião Rios Correa

Repercussão na área de saúde.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Porque aí o Banco Central, que tem milhares de servidores,... Mas eu sempre, sabe Hermenegildo? Defendi em despachos, decisões, que os lotes desses condomínios aí, dito irregulares, podiam ser alienados...

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Essa decisão, essa sua opinião, foi amplamente divulgada pelos jornais. E daí começou-se a ver a questão de uma outra maneira.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

É. Inclusive, Maria Thereza, o então deputado José Roberto Arruda e o deputado Augusto Carvalho, eu ainda era juiz lá no Tribunal Regional Eleitoral, e me procuraram para tratar desse assunto. Eu disse a eles: "Olha, no meu entendimento, eu expliquei a eles, mais ou menos, o entendimento jurídico de que, se eles apresentassem um projeto de lei autorizando a venda direta, se o Congresso aprovasse, no meu entender, dificilmente, o Supremo iria considerá-la inconstitucional". Eles ficaram assim: "Mas e a licitação?...". Eu disse: "Olha, Dr. Deputados, o princípio é esse". Mas o princípio, ele tem um temperamento.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Na própria lei.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Na própria lei.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Porque tem os casos onde se exclui...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

De emergência. Você não tem como fazer uma licitação se o caso é emergencial. E eu disse... E eles ficaram assim... E eles acabaram apresentando, em resumo de história, apresentaram o projeto. Esse projeto virou lei. E a questão de um ano atrás aí, o Supremo Tribunal

acabou considerando a lei constitucional. Isso deslanchou esse processo de regularização desses condomínios. E, por conta disso, ao longo de muitos anos, eu sempre fui procurado por essas associações de condôminos, de condomínios horizontais. Eu sempre dando esperanças a eles. Aí, eu como Presidente do Tribunal, recebi várias vezes essas comissões lá e sempre os alertando e tudo, de maneira que, respondendo a sua pergunta Hermenegildo, é uma atuação que você como juiz, na sua competência, na sua esfera, você pode influenciar positivamente para o bem-estar da comunidade, para diminuir a angústia. São quinhentas mil pessoas que moram nesses condomínios aí. Eu acho que uma coisa de ficou gratificado comigo mesmo, é que eu fui um juiz muito preocupado com esse lado humano. A finalidade é de resolver os conflitos para o lado do bem, do bom, olhando o homem que está, o ser humano que está por trás disso tudo, e não sendo um juiz legalista, formalista, como muitos dos nossos colegas são, embora, muito bem-intencionados.

Doutor Sebastião Rios Correa

Mas é a deformação do nosso ensino, da nossa educação. Não deixa de ser... Aí você olha também os médicos, eles precisam ser principalmente, em primeiro lugar, humanos. E aí você vai perguntar: que em todas as outras profissões, em qualquer outra profissão as pessoas têm que ter essa humanidade. É o que está faltando na nossa educação que é o ensino de humanidades, porque antes a gente fazia o curso de humanidades e que hoje,

com essas mudanças, ninguém está preocupado com o nome.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas, enfim, Rios, a minha vertente, a sua, a do Hermenegildo e da Maria Thereza é essa: nunca sacrificar o fundo pela forma.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Não.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas muitos sacrificam o fundo pela forma.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

O juiz, ele deve julgar segundo a lei e não julgar a lei.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Exatamente.

Desembargador Hermenegildo Fernandes

Mas deve ter como meta principal, quando ele toma posse, fazer justiça.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Isso. Muitos esquecem isso. Muitos esquecem.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

É, o tecnicismo, o processualismo exagerado, as teses jurídicas, isso atrapalha às vezes muito.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Exato. É o juiz criminal, muitas vezes, ele também, ele acha que quanto mais prisão, quanto maior é a pena...

Doutor Sebastião Rios Correa

A orientação é essa: de criar prisões mesmo, de encarcerar o pessoal.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu fui, na época do Ministério Público, Promotor do Tribunal do Júri. E lá tínhamos um colega que era desse tipo. Ele achava que tinha que condenar todo mundo e quanto maior a pena melhor. Mas, curiosamente, ele perdia um júri atrás do outro. A gente, quando é Promotor: você ganhou hoje, conseguiu. Mas ele perdia frequentemente, porque ele entrava para o julgamento com aquela expressão de que queria comer o réu.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

É aquele ditado, Hermenegildo: “Quem exagera o argumento, perde a causa”.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Então a gente comentava que ele exagerava na dose. O jurado estava sentado ali, percebia isso.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas hoje, hoje e sempre, a boa política criminal ela reserva a prisão para os casos em que a segregação do condenado se recomenda. Então, por que mandar um réu primário, de bons antecedentes, que não cometeu crime com violência à pessoa, que não participa de organização criminosa, teve uma pena pequena, por exemplo, de quatro ou menos, quatro anos para prisão, inclusive, prevê o artigo 44 do código penal. Mas isso não entra na

cabeça da maioria dos juízes criminais: “Não é cabível”. Você dá dois anos de reclusão: cadeia, regime fechado. Aí crime hediondo, não sei mais o quê.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu hoje estou convencido de que a pena de prisão foi um erro da humanidade, porque ela não, digamos assim, noventa e tanto por cento, ela não resolve nada. Não traz solução nenhuma. Agora, seria da minha ótica, reservada para os casos, digamos, violentos.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Claro. Crimes violentos, com violência à pessoa, réus reincidentes.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Onde a pessoa realmente... Esses casos haveria a pena de prisão. Nos outros casos teríamos que encontrar uma outra alternativa.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

As penas alternativas funcionam muito melhor.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Para que a pessoa pagasse, sofresse uma sanção, não ficasse impune de tal modo a estimulá-lo a cometer outros crimes, mas não fosse encarcerado ali, porque quando sai dali, sai pior.

Doutor Sebastião Rios Correa

Pois é, mas retornando um pouco aqui, gostaria que você nos dissesse alguma notícia a respeito da sua atuação como Presidente do Tribunal.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Ah, é verdade. Isso é muito importante.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

E também do eleitoral. A construção do prédio.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Jerônimo, antes que você comece a falar, isso é importante: eu, depois que fui Presidente, saí com a seguinte impressão: quando termina o mandato, é que a gente fica bom pra ser Presidente.

Doutor Sebastião Rios Correa

Nós gostaríamos que você trouxesse algumas informações a respeito da sua atuação como Presidente do Tribunal de Justiça. Nós sabemos que a sua atuação foi uma atuação marcante como Presidente, principalmente, em razão desse aspecto de humanidade. Eu tenho pra mim que a gente conversa muito com os servidores, os servidores tem um carinho todo especial pelo Presidente José Jerônimo. Então, eu gostaria que você falasse alguma coisa das suas realizações nessa área como Presidente e englobando aqui também o adendo feito pelo Desembargador Hermenegildo e pela Desembargadora Maria Thereza também, da sua atuação também na presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

É, lá na justiça eleitoral, Rios, eu tive a satisfação de ter sido juiz do

Tribunal Regional Eleitoral, depois juiz Presidente e Corregedor, e depois Presidente. Então, eu tive uma boa experiência na justiça eleitoral, todos nós aqui estivemos nela e sabemos como era é gratificante. É gratificante. E, lá na justiça eleitoral, eu tive também a satisfação de na minha gestão construirmos o edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, que era uma reivindicação antiga, porque nós vivíamos sempre em prédios alugados, ou então na área emprestada do Tribunal.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Então dá uma história... Só um minutinho, mas é interessante: O Presidente transferiu o TRE para um prédio alugado. O TRE funcionava no prédio do Tribunal de Justiça.

Queria propor contar uma historia só um minutinho, mas é interessante, o Presidente transferiu o TRE para um prédio alugado. O TRE funcionava no prédio do Tribunal de Justiça.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Quarto andar, não é?

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

É. Consegui. O Ministro Pertence era o Presidente do TSE. Arranjamos uma verba, instalei o Tribunal lá. Menos de um mês de instalado, chegou lá um oficial de justiça. Aí, o diretor veio me dizer: "Olha, tem um oficial de justiça aí, que quer penhorar aqui o andar onde está funcionando o Tribunal". Eu falei: "Mas como? Penhorar, por quê?" "Não, ele disse que é um crédito aí dos funcionários de um banco, não sei o quê aí. O juiz lá da justiça trabalhista mandou penhorar aqui". Eu falei assim: "Olha, você vai lá e fala pra ele que

deve estar errado o andar. Você fala pra ele verificar isso direitinho nos autos. Deve ser outro andar, porque aqui eu acabei de instalar o Tribunal”. E aí, na primeira sessão, eu disse: “olha, esse Tribunal, pessoal, viveu tantos anos lá no Tribunal de Justiça. Agora conseguimos transferir, o Tribunal de Justiça precisava das instalações, e agora o Tribunal deve, a partir de hoje, começar a pensar em construir o seu prédio, porque aqui nós não vamos ter sossego, já estamos ameaçados de ser mandado embora”.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Eu desconhecia esse fato. É muito engraçado.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E aí liguei para o Ministro Pertence e falei. Ele disse “Não, você entra em contato com o pessoal do banco aí”. E eu digo: “Olha, eu vou entrar, mas eu tenho a impressão que o oficial nem voltou. Era errado mesmo”.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas nessa linha de preocupação do Hermenegildo, quando ele foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, de termos a sede própria, como eu disse, eu tive essa satisfação de com bastante esforço, inclusive dos nossos servidores lá do TRE, construímos o edifício-sede que abriga condignamente a nossa justiça eleitoral e tem uma plástica muito bonita, ela é muito elogiada, é até cartão postal aqui de Brasília. Mas, lá no TRE, na linha de outras administrações anteriores: Maria Thereza foi Presidente do TRE, Hermenegildo, Natanael. Nós montamos lá uma equipe de funcionários altamente, não só dedicados, como especializados, em direito eleitoral, matéria eleitoral, inclusive na montagem da logística para a realização da captação e apuração dos votos. Inclusive, mais recentemente, com a informatização total do procedimento, através das urnas

eletrônicas. E o nosso Tribunal Regional Eleitoral, o Hermenegildo mantém uma bonita tradição, nessas ultimas eleições, ter sido o primeiro Tribunal a totalizar os votos, entendeu? E o nosso Tribunal...

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Desde a primeira eleição.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

É. É verdade, Maria Thereza.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Em 86?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Exato. Exato.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

A totalização foi vinte e quatro horas antes de qualquer outro estado.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Exatamente. Exatamente. E o nosso Tribunal é um paradigma, digamos assim, para os outros tribunais eleitorais. Muitas justiças eleitorais, organismos eleitorais de outros países, vêm ao nosso Tribunal para estudarem a nossa experiência. Então, a nossa passagem lá pelo eleitoral foi muita exitosa, seguindo o rumo dos meus colegas que me antecederam e, por acaso, aqui está a Maria Thereza, está o Hermenegildo. E o Hermenegildo ficou assustadíssimo, quase é despejado de lá. Então...

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Depois de um trabalho imenso para conseguir aquele prédio lá. Quase... Eu digo: Olha, eu vou embora agora...

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

O Tribunal de Justiça que era então presidido pelo Ministro Cernicchiaro, Presidente Cernicchiaro, ele colocou tudo à disposição da justiça eleitoral: os juízes, o Jézer era chefe de gabinete dele, ele ficou como assessor de imprensa, porque a imprensa não saía daqui. Nós tivemos que arrumar uma salinha para os jornalistas. Era dia e noite, porque aqui era notícia todo dia. Então, o Presidente Cernicchiaro, nós não tínhamos quase instalação aqui, mas praticamente todo o Tribunal de Justiça trabalhou nas eleições: funcionários, juízes, Desembargadores, todo mundo trabalhou.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas, aqui na presidência do Tribunal, eu comecei como funcionário e cheguei à presidência do Tribunal. Fui Corregedor, Vice-Presidente, não, fui Corregedor de Justiça e depois Presidente do Tribunal. E procurei, na presidência do Tribunal, Hermenegildo, sempre, dentro dessa visão, digamos assim, humanista, que o homem é a finalidade, é o princípio e o fim de tudo. O Tribunal, ele existe para o jurisdicionado. O Tribunal existe para o funcionário e não o jurisdicionado, o funcionário – servidor – para o Tribunal. Fazer ele se sentir (a todos, os milhares já de funcionários da casa) que nós aqui formamos uma grande família, uma equipe, e que

nós devemos trabalhar de mãos dadas, ombro a ombro, e fazer com que o ambiente de trabalho seja um ambiente de amizade, de companheirismo sadio, de respeito e não de rivalidade, de fofoca, de competições, de traições, etc., como às vezes acontece em quase em todas as comunidades. E eu disse isso em várias oportunidades, inclusive quando dei posse para todos os assessores, secretários e subsecretários, eu disse que a minha recomendação enfática era essa: no sentido de que o ambiente no Tribunal fosse um ambiente de trabalho, de muito trabalho, mas de muita fraternidade; e que o Presidente não admitiria, em hipótese alguma, que houvesse esses ânimos, as malquerências e fofocas, que no meu gabinete eu não seria receptivo a isso. E como o exemplo vem de cima, a gente fortifica-o. Então, eu creio que, também pelo fato de eu procurar tratar os funcionários com atenção e com gentileza, que era a minha obrigação como Presidente, e ter uma memória boa para me lembrar dos nomes com uma certa facilidade, então, os funcionários se recordam da minha presidência com essa saudade que você falou.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Mas esse é um enfoque, eu diria, moderno na justiça. Um enfoque em que o ponto principal, o objetivo, é o jurisdicionado, é o cidadão. A instituição, a repartição, pensando no cidadão, no jurisdicionado, e não como muitos julgavam antigamente que não adianta se importar muito com esse pessoal não. Eles vêm aqui reclamar, eles são chatos. Porque ele não tem aonde ir mesmo. Nós não temos concorrentes, ele vai ter que vir aqui, de maneira que não tem grande importância, ele só vem aqui para aborrecer a gente. Isso é um erro grave. Esse é um erro grave, porque é por causa dessas pessoas que

tem, ao longo do tempo, engrossada a crítica que se faz ao poder judiciário que é lento, é ineficiente, etc.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

E tratar bem o jurisdicionado. Eu, como Presidente – o Hermenegildo foi Presidente, a Maria Thereza foi Presidente – vocês sabem que a nossa agenda é pesadíssima?

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Pesada. Muito pesada.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

E, além das nossas tarefas serem extremamente absorventes, a agenda. Aquelas pessoas que nos procuram são numerosíssimas. Então eu, na minha administração, eu fiz o seguinte: nós tínhamos dois juízes assistentes da presidência, que eram pessoas da minha absoluta confiança, e eles me ajudavam na agenda, porque muitas pessoas, muitos advogados, muitas autoridades, procuram o Presidente do Tribunal, o Presidente do Tribunal às vezes não tem... a sua agenda está lotada, vários dias. Então, você não pode, sob pena de desmontar toda a sua agenda, começar a intercalar. Então, eu tive essa idéia de meu chefe de gabinete e as secretárias encaminharem essas autoridades para falarem com os juízes assistentes, dizendo que: Olha, o Presidente está com a agenda cheia, infelizmente, não vai poder receber o senhor ou vossa excelência, mas o seu Juiz assistente, um juiz de direito, pessoa da absoluta confiança, vai receber o senhor”. Então, a autoridade – às vezes era um Procurador, um advogado, um deputado distrital – porque se eu fosse receber todos os deputados distritais que nos procuram, não tinha tempo pra mais nada. Aí ele dizia o seguinte: Bom, eu fui recebido aqui por um funcionário, não era nada... Mas seu eu for recebido por um juiz, juiz assistente do Presidente... E depois é

o seguinte eu disse: olha, qualquer coisa, o juiz assistente vai falar com o Presidente. Leva o assunto pro Presidente. Então isso, Hermenegildo, Maria Thereza e Rios, foi excelente, porque não deixei de atender. Todo mundo que batia no meu gabinete, ele era atendido. Bem atendido. Se era uma autoridade, não estivesse na minha agenda, eu não podia atender, porque senão desmontava toda a agenda. Se não tava agendado, um juiz assistente meu recebia. Aí eu fiz o seguinte: um juiz assistente – juiz de direito, e o outro substituto. E eles eram o elo de ligação: os juízes de Direito comigo, através do seu colega Juiz de Direito, e o substitutos tinham colegas substituto. Então, todos os pleitos, todos os pedidos, reclamações, que eles tinham, eles canalizavam através desses juízes e chegavam imediatamente a mim. Então, havia um diálogo muito grande. Então, o pedido de um juiz, alguma coisa, aí o juiz substituto ou o titular que tinham acesso direto ao meu gabinete, o resolvia ali na hora. Pode. Não pode. Vai. Não vai. E tudo, por quê? Priorizando o atendimento ao ser humano, o atendimento ao juiz, no caso. E os servidores também nós procuramos dar, sabe Maria Thereza, o máximo de atenção aos servidores para que eles crescessem profissionalmente, culturalmente. Então, fizemos dezenas e dezenas de cursos de reciclagem, de qualificação, através da nossa Coordenadoria de Recursos Humanos. E o Rios sabe do nosso coral. O Rios, aqui, é um cantor excelente. Os funcionários pediram para que eu ajudasse o coral, incentivasse o coral, e eu, na minha gestão, nós... Foi ou não foi o coral que estava lá, prestigiando o coral.

Doutor Sebastião Rios Correa

Todos os coralistas tem a maior consideração e lembram assim com muita saudade da época, por que...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Quando eu deixei a presidência, me entregaram lá uma placa.

Doutor Sebastião Rios Correa

Porque a música faz parte da qualidade de vida. A música é importante. Quem é quem não gosta de música?

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Revela uma sensibilidade especial.

Doutor Sebastião Rios Correa

Então, quando o coral cantava o “va pensiero” de Verdi, eu acho que era a música preferida dele.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Era homenagem.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Desembargador Jerônimo, também, na sua presidência no Tribunal de Justiça, o senhor finalizou e construiu fóruns nas cidades satélites. O senhor pode discorrer a respeito disso? Também o senhor teve um, vamos dizer assim, um desafio muito grande, que foi o...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

A interdição do bloco A.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

O prédio do anexo?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Esse problema do bloco A, Maria Thereza, você e o Rios devem se lembrar. Na época de vocês quando o Tribunal foi construído, o palácio, o anexo – atual bloco A – ele não pôde se ocupado, lembram-se? Porque havia patologias nas suas estruturas, as fundações, e elas, então, tiveram que ser reforçadas para que depois então fossem...

Doutor Sebastião Rios Correa

Recebeu uma injeção

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Foi. Foi uma obra grande. Mas, dizem que pau que nasce torto, morre torto. Anos depois, na minha gestão, no início da gestão, eu estava no meu gabinete quando eu recebi um aviso dos meus funcionários, no sentido de que... a notícia que eu recebi foi a mais preocupante possível: que a laje do nono andar estava prestes a cair. A cair. Então, eu chamei imediatamente os bombeiros que, na minha gestão, tinham sede aqui – nós tínhamos uma unidade do corpo de bombeiros aqui no Tribunal, nós tínhamos uma assessoria militar – eu chamei-os e disse: “Olha, vocês corram para lá e evitem o pânico. Esse bloco vai ter que ser evacuado rapidamente. Então, vocês façam o seguinte: comecem a avisar o pessoal lá do nono andar, porque se vocês disserem para evacuar o prédio de baixo pra cima, vai virar um pânico.

Então vocês

avisam de cima, vão descendo, vão descendo, vão descendo...". Então o prédio, em questão de dez minutos, foi todo evacuado, desocupado. Então, veio aquele desafio: o que fazer? Como fazer? Enfim, em resumo, tivemos que contratar uma empresa especializada em estruturas e ela confirmou a necessidade de mantê-lo interditado, porque havia risco de eventual desabamento. Tivemos, então, Maria Thereza e Rios, que tirar todas essas dezenas de unidades administrativas daí, arranjar locais para instalar essa gente toda.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Um grande contratempo.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Olha, eu cheguei a pensar que a nossa justiça ia entrar em colapso. Mas, mercê da dedicação dos nossos juízes e, principalmente, dos nossos funcionários e servidores que tiveram um espírito de abnegação muito grande, inclusive, ficaram durante muitos meses precariamente instalados, apertados, confinados, mas nunca deixaram de cumprir a sua obrigação, o seu dever. Então, aos nossos funcionários, aos nossos servidores, nós devemos que não tenha havido o colapso da nossa justiça. Mas isso, realmente, foi um momento de muito stress, de muita angústia.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Presidente, e como foi que o senhor equacionou o problema das verbas para os aluguéis dos prédios que foram alugados então?

Doutor Sebastião Rios Correa

Mas antes dessa resposta dele, você fez uma outra indagação também a respeito da questão da instalação dos prédios nas cidades...

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Exatamente. Da construção dos prédios nas cidades satélites.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Com o colapso do bloco A, nós tivemos, Maria Thereza e Rios, que alugar alguns prédios para colocar essas unidades administrativas e judiciárias também (os juzados especiais cíveis), o que mais? Mas, então, uma parte grande da nossa verba ficou comprometida com esses aluguéis e tudo. Mas conseguimos, apesar de tudo, concluir o fórum de Santa Maria. O fórum de Santa Maria estava desocupado porque ele não tinha condições de ser usado, porque faltava muito para que ele tivesse condições de receber o habite-se. E aquilo, então, demandou na nossa administração alguns meses para que concluíssemos o fórum de Santa Maria. E ficou muito bom. Conseguimos construir o fórum do Núcleo Bandeirante. O Fórum do Núcleo Bandeirante ficou muito bom, espaçoso, moderno. Brazlândia, o fórum de Brazlândia estava muito acanhado, Rios, estava muito pequenino. Então, nós ampliamos, duplicamos a área construída do fórum de Brazlândia. E o Fórum Júlio Fabrini Mirabete onde estão lá...

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Juizados Criminais.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Juizados Criminais Especiais...

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

E a Vara de Execuções Criminais.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Execuções Criminais, que era uma reivindicação antiga da Vara...

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Aquele prédio foi doado pelo...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Aquele prédio foi doado. A União tomou aquele prédio do Sérgio Naya. Dívidas que ele tinha com o fisco federal. Mas a União não chegou a ocupar aquele prédio porque ele tinha umas patologias nas fundações, nas estruturas. Então a União doou aquele prédio para o Tribunal de Justiça. Mas é aquele detalhe: "cavalo dado não se olha os dentes". Nós recebemos aquilo e depois fomos verificar. Mas, então, nós fizemos lá no fórum Júlio Fabrini Mirabete, Maria Thereza, contratamos firmas especializadas e fizemos lá um reforço nas fundações, nas estruturas, e tudo com muito cuidado, com muito rigor, porque isso é uma coisa muito séria. Porque se não houver higidez nas fundações, nas estruturas, um edifício desses, você pensa que não, mas ele pode ruir. Foi o que os técnicos... Sim, em Pernambuco e vários lugares aí os prédios caem. A gente pensa que não. Caem. Foi o que os especialistas me alertaram a respeito do bloco A: "O senhor tira o pessoal daí, Desembargador, não deixa ninguém aí". Eles escoraram com estacas de aço vários andares aí e o senhor só deixa entrar lá gente especializada e tudo. E me recomendaram: "Olha, esse prédio...", depois dos estudos que eles fizeram,

Maria Thereza, eles disseram: "Olha, o prédio não tem risco de desabar, se, forem feitas obras cuidadosas de restauração de toda essa estrutura. Com muito cuidado e com muito rigor, o prédio estará salvo, porque se não for feito isso, essas patologias poderão aumentar e o edifício pode eventualmente colapsar. A linguagem que eles usam. Sim, porque aí são centenas de funcionários, milhares de pessoas que andam por aí. Então, o que era possível fazer, nós fizemos, o que devíamos fazer foi isso: nós interditamos o prédio, tiramos rapidamente os funcionários daí, aliviámos a carga do prédio. Contratamos firmas especializadas, que ao fim, ao cabo disseram: "não, o prédio não precisa... , porque o nosso receio, Rios, era que precisássemos demolir o prédio aí. Já imaginou?"

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Houve momento em que se noticiou uma implosão talvez.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Pois é, era uma hipótese. Mas, felizmente, graças a Deus, essa hipótese foi afastada. Mas, a recomendação enfática foi de que firmas especializadas, no devido momento, através de licitação, deveriam fazer aí um estudo minucioso, detalhado, para ver uma restauração. Eu não fiz porque não tive tempo.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Esses prédios aqui, bloco A, este aqui....

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

○ Hermenegildo era Presidente quando houve o problema no...

Desembargador Hermenegildo Fernandes

Eles foram feitos, eu acredito que, imaginando-se uma carga menor do que a que eles recebem. Esse é um dos fatores. Veja, quando eu assumi a presidência aqui, o Desembargador Amaral me sugeriu: "Nós precisamos melhorar o plenário, porque o plenário está muito acanhado e tal". E eu chamei uma empresa e disse: "Olha, vamos fazer uma pesquisa primeiro aí, pra ver o que a gente pode fazer". Quando tirou o gesso, o rapaz veio e disse: "Olha, Desembargador, tem uma rachadura lá na pilastra. As vigas-mestras estão rachadas e tal". Eu falei: "Mas deve ser só ali. Você faz o seguinte: você manda tirar o gesso em outros lugares que é pra gente ficar tranqüilo. Nós vamos mexer só no plenário". No outro dia: "Está rachado aqui, está rachado ali..".

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Meu Deus! Era Geral. A estrutura comprometida.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Era geral. Eu tive que comunicar ao Tribunal. Comuniquei ao Tribunal, eu disse: "Olha, nós vamos ter que sair daqui, porque a estrutura do prédio está toda comprometida". Isso deu um problemão.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

E aí o Tribunal... Você transferiu para outras áreas.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas aí, o que eu passei com o bloco A, o Hermenegildo passou com o palácio, não é?

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Exatamente. É.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas o Hermenegildo foi muito feliz e muito sábio na decisão que tomou, porque vamos nos recordar que naquela emergência apareceu gente nossa, do Tribunal, querendo que nós alugássemos prédios, que iam sair caríssimos, caríssimos.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu, corroborando o que o Desembargador Jerônimo está dizendo, mandei verificar se havia alguns prédios aí em condições da gente alugar, porque a gente precisava se instalar. Aí me trouxeram aí uma meia dúzia de alternativa eu falei: "Eu vou visitar cada um desses prédios". Visitei todos. Quando voltei eu falei: "Não quero nenhum". Por quê? Ninguém faz um prédio para alugar um Tribunal. Ninguém faz. Então, nenhum deles prestava. Nós teríamos que gastar um dinheirão lá, prá depois abandonar aquilo. Não é verdade? Mas havia muitos interesses...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Sim.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E houve pressões.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Inclusive aqui dentro.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

É, houve pressões.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Eu não sei se o Hermenegildo se recorda que

a nossa, tinha uma assessora nossa, assessora sua – a arquiteta Ana Valéria – ela chegou e me disse: “Olha, Desembargador Jerônimo, estou sabendo o problema que o Presidente Hermenegildo está vivendo aí, mas olha, eu acho que o bloco A tem condições de abrigar o Tribunal”. E eu digo: “Tem? Você acha?”. – “Tem”. Era uma moça muito competente e muito correta.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Essa moça foi até injustiçada.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Foi. Foi.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Porque ela me garantiu: “Não, Desembargador, tem condições. Trouxe um estudo...”

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Era a Bete?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Não. É a Ana Valéria.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

É a Ana Valéria. Tem condições. Eu falei... Então eu chamei os outros e falei: “Ó, vocês vão verificar lá, porque eu estou inclinado por essa solução. É uma solução muito mais barata para a União”.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Claro. Claro.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Nossa mesmo. A gente ia ficar aqui pertinho. E aí, mas, tinha uns: “Mas não dá, porque tem Desembargador aí que disse que não vai prá lá”. Eu digo: “Olha, isso é uma...”

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Eu não ouvi de nenhum Desembargador dizer que não ia. O que eu sei é que houve uma violenta pressão de funcionários do Tribunal favorecendo essa questão de alugar-se prédios aí fora. E eu disse: “Valéria, você...”, não, ela é que me telefonou, inclusive um sábado de manhã, chorando, dizendo que ela já tinha começado a fazer os layouts para mostrar para o Presidente, o Hermenegildo, que submeteria o assunto ao Tribunal, e ela recebeu uma pressão violenta de colegas daqui para que ela não apresentasse, que ela dissesse que não era possível. Ela chorando, me telefonou, eu disse: “Olha, você resiste à pressão. Você conta com o meu apoio. Eu disse: “Olha, o Desembargador Hermenegildo é um homem muito sério, homem muito sério. Ele vai encontrar, vai optar pela solução mais econômica para os cofres públicos. Você pode ficar certa disso. Apresente. Apresente”. E foi aí que ela apresentou, você aprovou e submeteu ao Tribunal, e o Tribunal foi prá lá.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

É. Não, eu acho que tinha alguns que tinham medo de não conseguir ficar bem instalados lá. Mas eu penso que nós ficamos.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Ficamos.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E ficamos lá muito bem. Era uma emergência, não é? Era uma emergência.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Era uma emergência.

Dr. Sebastião Rios Correia

Era uma solução interna.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas a pressão... A pressão que a nossa funcionária recebeu não foi de Desembargador não. A pressão que ela recebeu foi de colega, de funcionário, que não sei por que estava com interesse de que se alugasse... que se alugasse... alugasse. Ela não disse que a pressão era de Desembargador não. Ela disse que era de colega lá que estava pressionando. Mas aí o Hermenegildo, sensatamente, optou, com o apoio do Tribunal, de irmos para lá e ficarmos lá.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Só de aluguel, a gente ia gastar uma fortuna. Só de aluguel. Fora a reforma que tinha que fazer no outro prédio.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Exato. Exato.

Doutor Sebastião Rios Correia

○ que é um escrúpulo com o dinheiro público.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas a...

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu não gosto nem de me lembrar disso.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Por quê? Eu também, eu não gosto de me lembrar do que eu passei no bloco A não.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

É ficaram bem lá no prédio. Eu ia sempre lá, e em todos os gabinetes dos Desembargadores, todos estavam muito confortáveis.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Exato. Exato. Depois os colegas ficaram até satisfeitos, não é Hermenegildo?

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Ficaram. Ficaram. Acabou o problema. No início achavam... Alguns achavam que não ficariam bem lá e tal. Mas ficamos bem. Ficamos bem e era uma emergência. Ficamos na nossa casa.

Doutor Sebastião Rios Correia

Não tão bem quanto aqui.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Mas aqui tinha uns interesses... Eu não vou dizer o nome, mas tinha um cidadão que era dono de um prédio aí, que ele fez muita pressão.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

E tinha um advogado muito grande aqui entre os servidores, tinha um advogado muito grande aqui entre os servidores, que pressionou violentamente a funcionária, a ponto de ela telefonar para mim chorando. Quer dizer, mas o Hermenegildo tomou a decisão sensata, sábia, e eu disse a ela: “Olha, você vai em frente, porque eu conheço o Hermenegildo. O Hermenegildo vai, se for possível, ela vai optar pela decisão menos onerosa para os cofres públicos”. Foi o que aconteceu.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

O exercício da presidência é extremamente honroso para o magistrado, primeiro porque é uma oportunidade para ele realizar alguns sonhos, alguns projetos que ele tenha em favor da instituição, em favor do jurisdicionado. Mas, a cadeira do Presidente, é uma cadeira que tem alguns espinhos.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Muito espinho.

Doutor Sebastião Rios Correa

Não sei se é espinho ou se é ferrão mesmo.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Esse foi um. Esse espinho foi grande, porque o palácio não tinha mais condições de funcionar, tinha que mudar. Mudar a instituição, as salas das sessões, o pleno, mudar

os funcionários. Não é uma brincadeira. Se a sua casa apresenta um problema, você pode mudar para a casa do pai ou a casa do irmão. Já vai incomodar, mas dá pra fazer. Agora, como é que você muda um Tribunal? Só aqui tinha cerca de mil, entre funcionários e magistrados, eram mil pessoas. Não é fácil isso não. Realmente foi o que me tirou o sono por várias semanas, viu.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas o Hermenegildo, ele se houve com a sua habitual serenidade e sabedoria. Foi um momento difícil, mas foi superado.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Foi. Graças a Deus, foi superado.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas o que acontece de bom, Hermenegildo e Maria Thereza, nós que fomos Presidentes, é que depois que cumprimos o nosso mandato, nós saímos com a sensação do dever cumprido. E nós três, como diversos outros, saímos e deixamos saudades, não é? O Rios diz: “Ah, os funcionários se referem muito bem ao Presidente Jerônimo”. É saudade. E é bom quando você sai e as pessoas sentem saudade. Ruim é quando você sai e dizem: “já foi tarde” ou “nem devia ter vindo”. Mas não é o nosso caso. Não é o caso da Maria Thereza que é muito querida, estimada e respeitada. O Hermenegildo também. Tanto que o Hermenegildo é o nosso Ouvidor-Geral aí.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu acabei...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

E foi um grande, me permita Hermenegildo o seu testemunho, porque você foi quem praticamente lançou essa idéia da Ouvidoria no Poder Judiciário, incentivou e viajou por esse Brasil aí, disseminando essa idéia.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Quando eu fui pra presidência, eu tinha um projeto que era acelerar os serviços da justiça. Como é que realizei isso? Através dos juizados. Simplificando, instalamos trinta e dois juizados.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Foi uma grande conquista para a justiça de Brasília, que deve-se a você, Hermenegildo. O seu empenho.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Mas eu achava que faltava alguma coisa. Faltava o lado da transparência. Esse lado da transparência de aproximarmos, fazer uma aproximação com o jurisdicionado, ouvir o jurisdicionado, só se conseguiria através de um órgão próprio. E esse órgão próprio era a Ouvidoria. Foi assim que nascia a idéia, e o Tribunal, a meu ver, num dia inspirado, acolheu e fez a resolução.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Exatamente. O que serviu de paradigma pra outros tribunais.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Hoje é. Hoje já há cerca de quarenta Ouvidorias nos tribunais aí. Vários tribunais. Na Justiça do Trabalho, a Presidente então chamava-se Terezinha, ela gostou da idéia, me chamou lá. Eu fiz uma palestra para o Tribunal.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Foi. Eu me lembro.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E o Tribunal aprovou a Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho aqui em Brasília. Funciona muito bem até hoje.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas olha, Rios, Maria Thereza e Hermenegildo, essa tarefa, digamos assim, que vocês estão incumbidos e desenvolvendo tão bem, de resgatar nossa memória, ela é, ao meu sentir, importantíssima. Eu me lembro do que disse o historiador Heródoto, o decano dos historiadores, dizem que o fundador da historia, ele dizia o seguinte: "É preciso conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro". E o passado você se recorda dele através de memória. Antigamente era memória oral, aí depois quando veio a escrita, pelos escritos, pelos livros, monumentos, não é? E hoje, com os recursos tecnológicos modernos, é esse: é o vídeo, é o cinema. E isso é muito válido, muito interessante, porque se você não conhece o passado, como é que você vai entender o presente?

Doutor Sebastião Rios Correa

E não podemos concordar com a afirmativa de que este é um País sem memória.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Pois é. Então...

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

O Rios, quando eu cheguei hoje, me disse que eu me revelei entusiasmado com

o projeto. Eu sou entusiasmado. Na minha presidência cheguei a lançar uns...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Aliás, uma das suas características e temperamento, é ser entusiasmado. Desde que eu lhe conheço, algumas décadas atrás, eu sempre vejo você entusiasmado para as boas causas. Ai de nós, se não tivermos entusiasmo.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu vou dizer, talvez em pouquíssimas palavras, uma das razões do meu entusiasmo é que aqui, antes desse projeto, que eu penso que vai mudar muitas coisas, a única coisa que ficava, isto: Desembargadores que tinham exercido a presidência. Era um retrato na galeria dos Presidentes.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

É verdade.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Nós temos colegas aí que já, alguns já faleceram, outros que ainda estão vivos, mas que exerceram a presidência, e eu pergunto: O que há ali deles? O que se sabe da contribuição deles?

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

É. E na verdade, já diziam os filósofos gregos, até os socráticos e pré-socráticos, que o homem é a medida de todas as coisas.

E você pode estudar e compreender uma família, uma nação, através do conhecimento do seu pater familis ou do seu líder, do seu chefe, porque o líder, o chefe, o Presidente, o diretor, faz a diferença. Tem um ditado, que outro dia eu estava lendo no Correio Braziliense, um ditado que diz o seguinte: "Mais vale um exército de ovelhas comandado por um leão, do que um exército de leões comandado por uma ovelha".

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

É isto mesmo.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Porque a presidência, a chefia, o líder, é importante. E já Camões dizia: "O rei fraco, faz fraca a forte gente" (Luis Vaz de Camões). Também é famosa, durante a primeira guerra mundial, um evento famoso que ficou registrado na história daquele conflito horroroso, sangrento, quando os alemães estavam enfrentando a ofensiva russa, na frente oriental, em 1914, no início da guerra, então, o kaiser Guilherme II, passou um telegrama para o comandante militar alemão na frente oriental que era o general Ludendorff dizendo que ele, o kaiser, estava preocupado porque ele estava... tinha notícias de que os russos estavam lutando como ursos. Aí o Ludendorff respondeu para ele noutro telegrama: "Majestade fique tranquilo, que realmente os russos estão lutando como ursos, mas estão comandados por asnos". E, de fato, o exército alemão depois repeliu os russos e os derrotou. Mas isto tudo é história. História é memória. História é memória.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

É. É importante conhecer a história.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

E aí, se você não conhece o passado, a história, você muitas vezes se dá mal, até em nível de nação. Um exemplo, clássico também, já agora na segunda guerra mundial, pelos países democráticos, digamos assim, no ocidente, desconhecerem o histórico, o passado expansionista, militarista da Alemanha, eles foram apanhados no início da segunda guerra mundial, e quase que Hitler ganha aquela guerra. Agora, Winston Churchill, que depois veio a ser Primeiro-Ministro, ele que era um historiador, versado em história. Ele conhecia o passado, então ele entendia o presente. Ele sempre dizia: "A Alemanha é expansionista, nós não podemos contemporizar com Hitler". E outra coisa: a Alemanha, em 1914, já havia invadido a França, violando a neutralidade da Bélgica, e, apesar de todos os tratados, todas as promessas da Alemanha, no entre-guerras, o Hitler também violou a neutralidade da Bélgica e invadiu a França, por onde eles menos esperavam, porque o governo francês esqueceu o passado, esqueceu a história, perdeu a memória. E os alemães, então, invadiram através da Bélgica. E o que acontece? Nós sabemos. Em quatro semanas, o magnífico exército francês foi esmagado e derrotado pelo exército alemão. E o exército inglês fugiu para a Inglaterra, salvo lá nas praias de Dunquerque. Mas Churchill, ele sempre previu isso, tanto assim que os britânicos, num ato de contrição, o colocaram como Primeiro-Ministro. E ele conduziu a Inglaterra, finalmente à vitória na Segunda Guerra Mundial. Mas isso é história. Você tem que...

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

A Inglaterra confirma aquele pensamento muito bem colocado pelo Carlos Drummond de Andrade: "No meio do caminho havia uma pedra". A pedra no caminho do Hitler era a Inglaterra.

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Mas, é preciso realmente, já dizia o Heródoto: "Conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro". Eu acho que vocês estão com um projeto magnífico. Para gente entender o presente do TJ, nós temos que conhecer o seu passado.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

E você está convidado a se juntar a nós. Quando o Dr. Rios viaja, o Hermenegildo substitui. Eu também faço a minha colaboração e agora junte-se a nós...

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Não tem dúvida. Eu sugiro o Jeser, como substituto, que foi jornalista.

Doutor Sebastião Rios Correa

Justamente, o Jeser é uma pessoa que podia estar junto com a gente. (...)

Desembargador Jose Jerônimo Bezerra de Souza

Olha, Rios, Hermenegildo e Maria Thereza, eu tive uma alegria muito grande, uma satisfação de vir aqui, a convite de vocês, prestar esse meu depoimento a respeito da minha modesta colaboração do que eu vivi um pouco nesses quarenta e seis anos aqui em Brasília, como advogado, como funcionário, como juiz, membro do

Ministério Público. Eu acho que a iniciativa que vocês estão à frente, é extremamente válida e será de muita importância para resgatarmos a nossa memória, a memória do Tribunal. É conhecer o passado do Tribunal pra entender o seu presente e quem sabe nós prevermos o nosso futuro. Contem comigo. O que for possível fazer, eu faço. E espero que tenha dado a contribuição que vocês esperavam. Muito obrigado.

Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes

Obrigada. Nós é que lhe agradecemos.

Doutor Sebastião Rios Correa

Nós é que agradecemos a sua presença a sua contribuição valiosa.

«fim»

DATA DA ENTREVISTA

28/04/2008

LOCAL

Brasília

ENTREVISTADO

Desembargador José Jerônimo Bezerra de
Souza

ENTREVISTADORES

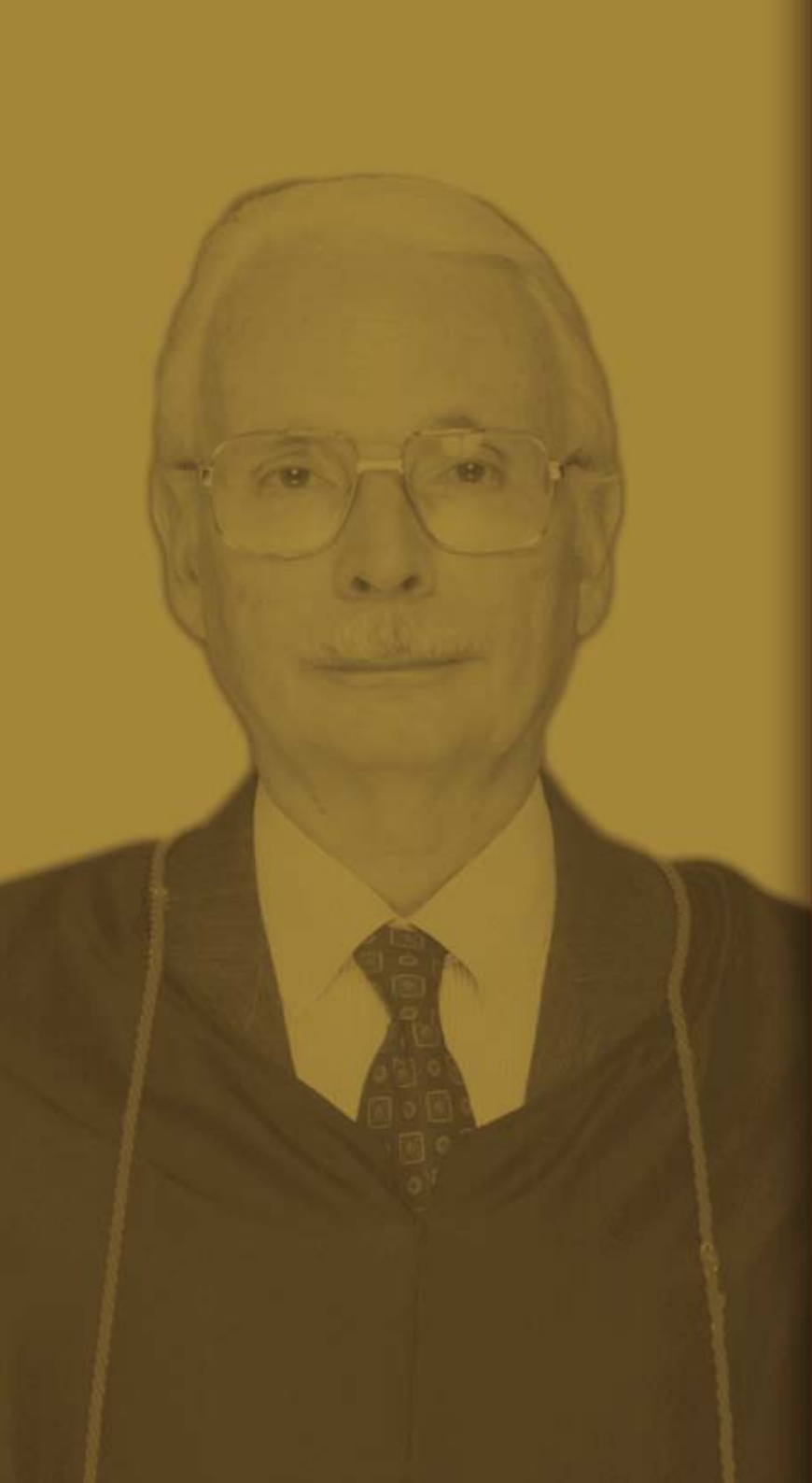
Desembargadora Maria Thereza de Andrade B. Haynes
Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves
Juiz de Direito Sebastião Rios

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
**HISTÓRIA
ORAL**

DESEMBARGADOR
JOSÉ JERÔNIMO
BEZERRA DE SOUZA

SERAMI

Serviço de Apoio à
Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

GPVP

Gabinete da Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT